



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

Memória da Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR – 08/03/2022

1
2
3
4 No oitavo dia do mês de Março de 2022, às 09h, deu-se início à Reunião Ordinária do mês de Março de
5 2022, *on-line*, realizada por meio da plataforma Conferência, da CELEPAR, do Comitê Intersetorial de
6 Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná
7 - CIAMPRua/PR. Fizeram-se presentes **Representante Titular Governamental:** Patrícia Cavichiollo
8 Tortato - SEJUF/DAS/DPSE; Dulce Maria Darolt (SEJUF/DEDIF). **Representante Suplente**
9 **Governamental:** Tenente Emerson Cleyton de Souza Pinto (SESP/PM). **Representante Titular**
10 **Sociedade Civil:** Julia Mezarobba Caetano Ferreira – CRP-PR; Nazaré de Campos Stihaienco – Bom
11 Samaritano de Cornélio Procópio; Julia Stefania Bezerril Miranda (OAB); **Representante Suplente**
12 **Sociedade Civil:** Joao Victor da Silva – CRP-PR; Carlos Umberto dos Santos – MNPR. Patrícia de Freitas
13 Kwiatkoski – Casa Da Acolhida Vila Vicentina Ponta Grossa. **Convidados**
14 **Especialistas/Parceiros/Colaboradores:** Giovana Kucaniz (CAOPJDH); Leonira (Centro POP –
15 Umuarama); Ana Schimth (Assistente Social – Prefeitura de Apucarana); Izabel Maria de Gouveia
16 Benvenutti (COHAPAR); Taisa da Motta Oliveira – Assistente Social NUCIDH; Raphael Ernani Rigoti –
17 Coordenador Centro-POP São José dos Pinhais; Tamires (Residente Técnica DAS); Patrícia Gorbus
18 (Pinhais); Evlin Gamra (Técnica DEDIF). **01. Abertura:** Após a espera do tempo regimental e uma breve
19 apresentação dos (as) representantes e convidados (as) presentes, a coordenadora Dulce Darolt deu início a
20 Reunião Ordinária de Março do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da
21 População em Situação de Rua do Estado do Paraná – CIAMPRua/PR. Anteriormente a aprovação da
22 pauta, todas (os) desejaram um feliz Dia Das Mulheres para todas as presentes e destacaram a importância
23 da garantia dos direitos das mulheres que sofrem diariamente violações de diversos tipos e modos. **02.**
24 **Aprovação da Pauta:** Dulce compartilhou a pauta para aprovação de todos (as) representantes presentes.
25 Não houve nenhuma inclusão de pauta. A pauta foi **aprovada** pelo pleno. **03. Memória da reunião**
26 **ordinária do Mês de fevereiro 2022, para aprovação:** A memória foi enviada somente na última sexta-
27 feira devido à impossibilidade de lavrá-la antes e até o momento da reunião não foram recebidas
28 solicitações de alterações ou inclusões. A memória da Reunião Ordinária de Fevereiro foi **aprovada** pelo
29 pleno. **04. Relatório a ser apresentado por Nazaré - Relatora da Comissão do Plano Estadual Decenal**
30 **da PSR – da primeira reunião de 2022 da Comissão:** Nazaré compartilhou com todos (as) o relato da
31 reunião da 12ª Reunião da C.T. para construção do PE para a PSR, foi a primeira reunião do ano de 2022,
32 realizada no dia 24 de fevereiro, com a proposta de estudo do Eixo Cultura, Esporte e Lazer. Segue a
33 íntegra do relato apresentado: “Relatoria da 1ª Reunião da Comissão do Plano Estadual PSR do ano de
34 2022 - e 12ª reunião da C.T. para a construção do PE. para a PSR, realizada no dia 24 de fevereiro, com a
35 proposta de estudo do eixo, Cultura, Esporte e Lazer – transcrita pela Relatora Nazaré Stihaienco.
36 Estiveram presentes: Dulce Maria Darolt – SEJUF/DEDIF; Carlos Umberto dos Santos- MNPR; Nazaré
37 de Campos Stihaienco e Anderson Cristiano de Araújo representantes do Bom Samaritano de Cornélio
38 Procópio; Izabel Maria Gouveia Benvenutti- COHAPAR- SEDE; Tamires Roza de Jesus, Residente técnica
39 da área de psicologia de assistência Social- DPSE; Julia Mezarobba Caetano Ferreira CRP/PR ; Amélia
40 Cabral Alessi SEJUF/DEDIF; Patrícia Cavichiollo Tortato – SEJUF/DAS/DP; Rafael Soares de Oliveira,
41 Aline de Souza Barbosa e Priscila Pacheco dos Santos, representantes da secretaria de *Comunicação*



**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

5

42 Social e Cultura e coordenadores da CAC, Coordenação de Ação Cultural e Economia Criativa;
43 Representantes da Secretaria de Educação e do Esporte, O Professor Antonio Carlos Dourado, Chefe do
44 Centro do Esporte e Coordenador da Escola do Esporte, a Paraná Esporte e o Professor Richard James
45 Martins, do departamento de Programas para Educação Básica, DPEB/DEDUC/SEED. Inicialmente a
46 coordenadora Sra. Dulce Maria Darolt, deu as boas-vindas, em seguida passou diretamente para as
47 apresentações, que aconteceram conforme o desenrolar da reunião. Alguns participantes ao se
48 apresentarem fizeram também suas colocações com relação ao assunto em pauta. O professor Antonio
49 Carlos, disse que quando foi convidado para participar da reunião sobre o plano estadual para PSR, ficou
50 bastante apreensivo. Surgiram várias dúvidas, de como poderia estar contribuindo com aqueles que têm
51 necessidades primordiais básicas, além do esporte e lazer. Quando se fala em PSR, fica imaginando que
52 eles precisam antes de mais nada, ter um lugar para morar, ter saúde, entre outros. O esporte vem como
53 uma prática de lazer, mesmo estando na constituição como um direito. Mas, acha que as necessidades mais
54 importantes são outras. Apesar de não se furtar e achar que é importante as pessoas mais vulneráveis
55 socialmente, praticar esporte, ainda existe uma dúvida muito grande de como poderia contribuir e de que
56 maneira trabalharia um plano decenal. Disse que só consegue ver uma pessoa que está em situação de rua
57 praticando esporte, se esta tiver suas condições básicas sanadas. Que a prática esportiva não é um problema
58 para ele e seus colaboradores, porque têm uma longa experiência na área e relatou algumas delas. Que os
59 eventos esportivos são programados para todos, ressaltou a importância de não fazer eventos por definição
60 de classes. Referiu-se também quanto ao envolvimento do estado na execução do plano, onde envolverá
61 recursos humanos, financeiros, bem como a situação política de cada momento. Ressaltou que propor as
62 ações não é o problema, mas sim a execução como um todo. Conforme os questionamentos foram sendo
63 levantada nas apresentações a coordenadora foi comentando e explicando sobre o Comitê. Fez um breve
64 retrospecto do que é o CIAMP/RUA PR, quais são seus objetivos e suas ações. Que as questões levantadas
65 pelos participantes, e outras que não foram citadas, estão elencadas dentro do plano e dos oito eixos que
66 compõe o plano decenal. Que tudo está em consonância com a política nacional para a PSR. Lembrou que
67 a C.T. já elaborou os eixos, Educação e Cidadania, Mobilização, Participação e Controle Social, juntamente
68 com os técnicos representantes de suas respectivas secretarias. Ressaltou que o desejo de todos é construir
69 um plano estadual que seja viável de ser executado. A previsão é que seja concretizado em dez anos como
70 está escrito na proposta. Quanto a previsão de metas, serão os técnicos de cada secretaria que irão dizer em
71 quanto tempo cada meta poderá ser cumprida, e entenderem que é possível dentro dos seus órgãos. Os
72 técnicos terão a liberdade para validar, modificar, ampliar, propor e retirar metas apresentadas no plano. E
73 quando for feita a revisão do plano a SEJUF possa cobrar o órgão para que faça relatório do cumprimento
74 das ações, por isso a importância de construir o plano em conjunto, para que as ações sejam reais dentro de
75 cada órgão. Priscila falou sobre a importância de se ter acesso as propostas que os demais eixos estão
76 propondo, para que talvez possa ser desenvolvida ações em conjunto com os mesmos, uma vez que Cultura
77 Esporte e Lazer é uma política transversal. Dulce explicou que o formato do plano é a intersetorialidade,
78 onde cada órgão desenvolverá ações dentro de suas especificidades e terão ações que só serão possíveis em
79 parceria com outros órgãos. Juntos deveremos encontrar quais os caminhos e possibilidades e de que forma
80 faremos para alcançar este público totalmente fragilizado, que estão em acolhimentos temporários,
81 permanentes, no Projeto Maradia Primeiro, em pensões e muitos outros que ainda estão na rua. Ressaltou
82 que o plano segue uma linha de inclusão. Carlos Alberto que viveu a situação de rua, falou da importância
83 da intersetorialidade, que a PSR já é atendida pela saúde e assistência social. Que já participou de



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

84 campeonato esportivo mesmo estando morando na rua, que o esporte é importante, levanta a autoestima.
85 Sugeriu montar campeonatos entre os municípios. Sugeriu criar mecanismo que faça a PSR acessar o
86 esporte. Aline falou da importância de conversar com a SEJUF e Assistência Social para que a Cultura
87 possa apresentar propostas mais coerentes. Rafael, que é formado em Recursos Áudio Visual, falou que
88 além de promover eventos culturais, devemos usar a arte como resgate, através de oficinas. Isabel disse que
89 a maior questão com relação a PSR, é a efetividade das políticas públicas, que não existe um eixo mais
90 importante que outro, que é uma luta para conquistar a efetividade. Vamos lutar por todas as garantias e por
91 todos os direitos. Anderson que participou pela primeira vez da C. T, falou de sua experiência e que a falta
92 do trabalho em rede faz as políticas públicas serem deficientes. E que a PSR precisa ser melhor atendida e
93 para tanto precisa ser olhada de maneira mais humana. Após o término das apresentações e considerações,
94 Dulce compartilhou o eixo, leu a introdução e as diretrizes. Explicou como este está estruturado e detalhou
95 parte por parte. Ao iniciar o estudo das propostas, o professor Antonio Carlos, colocou que em função de
96 outro evento no qual estava participando, não poderia continuar na reunião. Também por causa da
97 complexidade que a prática das propostas deverá exigir. Achou melhor ter mais tempo para analisar o
98 documento. Encarregou-se de elaborar uma proposta, juntamente com os demais representantes de sua
99 secretaria e posteriormente apresentar para a coordenação da C.T antes da próxima reunião. Os demais
100 representantes concordaram com a sugestão, devido que terão consultas a fazer com outros setores do
101 órgão, que talvez possam estar envolvidos nas ações deste eixo. Como foi concordada que o eixo seria
102 trabalhado primeiramente apenas pelos representantes da secretaria já mencionada, a coordenadora deixou-
103 os livres para encerrar suas participações na reunião e pediu que a C.T permanecesse para tratar dos demais
104 assuntos elencados na pauta. Após a retirada dos técnicos, a C.T fez uma breve reflexão sobre o que fora
105 discutido desde o início da reunião e passou em seguida para a discussão do próximo item da pauta. Dulce
106 externou sua preocupação com relação ao tempo para terminar o plano. Havia sido proposto ano passado
107 que as reuniões poderiam acontecer a cada 15 dias, Dulce avaliou que se adotarmos este esquema podemos
108 acabar não conseguindo terminar no prazo a que nos propusemos. Com relação ao desenvolvimento dos
109 demais eixos, disse que já criou todos os memorandos para abrir protocolo em todas secretarias, para que
110 cada uma indique seus representantes. Normalmente os trâmites burocráticos são muito demorados porque
111 precisa passar por diversos setores. Sugeriu que conforme as deliberações dos órgãos, poderíamos ir
112 agendando as reuniões em espaços mais curtos, para que não haja intervalo muito distante entre uma
113 reunião e outra. Foi aprovado por todos, que havendo possibilidade de pauta, poderíamos trabalhar com
114 intervalos menores. Foi sugerido que deveríamos avaliar as complexidades de cada eixo, que talvez
115 devêssemos trabalhar os mais difíceis primeiro. Dulce disse que conforme a indicação dos secretários irá
116 informando a CT, e se tiver duas ou mais liberações a comissão decidirá qual tema deverá ser trabalhado
117 primeiro. Lembrou-se da próxima reunião ordinária do CIAMP/rua/Pr e informou que já conversou com a
118 Segurança Pública representada no Comitê, sobre o tema “Infiltrados” e que convidou alguns municípios
119 para participar e contribuir com suas experiências. A próxima reunião ficou marcada para dia 15 de março
120 de 2022, das 09:00h às 12:00h. Dulce agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Após a leitura
121 do relato, Dulce indagou o comitê se alguém possui algo a acrescentar. Não houve inclusões e o relatório
122 da comissão foi **aprovado** pelo pleno. **05. INFILTRADOS – Pauta proposta pelo município de**
123 **Apucarana, aprovada pelo Comitê na reunião de fevereiro; (pequeno relato de matéria sobre**
124 **infiltrados, encontrada no município de Ubatuba – abaixo) subsídio para a discussão:** Primeiramente,



**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

10
125 Ana Maria Schmith agradeceu a Dulce pelo excelente atendimento realizado e depois relatou que
126 Apucarana está fortalecendo as políticas de atendimento à população em situação de rua, e que
127 infelizmente, nos últimos anos pode ser observado que alguns meliantes estão se infiltrando no meio da
128 população em situação de rua para utilizar desses espaços para o Tráfico de Drogas. Portanto, devido a
129 esses casos, Ana ressaltou que necessita de alguma orientação sobre como interceder e fortalecer as
130 políticas em Apucarana para evitar que esses crimes sejam cometidos em cima da causa da população em
131 situação de rua, indevidamente criminalizando-os ainda mais. Em seguida, o Tenente Clayton perguntou se
132 existe algum aplicativo que é realizado o cadastro das pessoas em situação de rua de forma única no Estado
133 ou se é apenas de âmbito municipal. Ana respondeu que em Apucarana existe o cadastro de usuários e
134 então quem chega no Centro Pop é identificado, mas segue sendo apenas municipal. Visto isso, o Tenente
135 Clayton – SESP - sugeriu que seja estudado como realizar esses cadastros em uma Rede Estadual
136 integralizada com os Sistemas de Segurança do Estado. Rafael – Centro POP de São José dos Pinhais -
137 informa que o município é quem irá escolher se utilizará os sistemas oferecidos pelo Governo Federal ou se
138 irá ter seus próprios sistemas, não havendo nenhuma proposta de utilizar sistemas estaduais de registros.
139 Além disso, Rafael destacou que o Centro Pop recolhe pessoas que estão nesta situação por diversos
140 motivos, como perda de emprego, dependência química e problemas com a lei. Portanto, a presença de
141 pessoas no Centro Pop que estão com conflitos com a lei é uma realidade, mas não se pode negar acesso a
142 serviços básicos independente de suas situações, além de que, criar esses filtros ou “armadilhas” irá afastar
143 a população dos Centros de Atendimento. Outro fato é de que algumas pessoas em situação de rua se
144 envolvem com o tráfico e continuam na rua por serem mais vulneráveis e dispostos a correr riscos, além de
145 muitos serem usuários e se envolverem para sustentar seus vícios. Sendo assim, Rafael destacou que a
146 preocupação é referente ao Centro Pop em si, este que não pode se tornar um “local seguro” para traficar
147 porque ninguém irá ver e nem fazer nada, tendo traficantes transitando livremente entre os espaços.
148 Exemplificando como sanar esses problemas, Rafael indicou que agora o Centro Pop identifica todos (as)
149 que utilizam dos serviços – pois anteriormente era igualado a uma praça pública, sem porta – e foram
150 instaladas câmeras de monitoramento para fornecer mais segurança para todos (as) que estão e usufruem do
151 local. Ademais, a presença da Guarda Municipal foi aprimorada quando eles entenderam que servem para
152 fornecer segurança às pessoas que frequentam o Centro Pop e não abordar todo e qualquer suspeito, não
153 tendo o centro o objetivo de encobrir crimes ou criminosos, mas fornecer acesso aos direitos humanos por
154 todos (as) independentemente de suas atuais situações. Giovana – MPJ - destacou via *chat* que achou
155 extremamente pertinente a fala do Rafael e que se deve tomar cuidado para não criminalizar ou tornar o
156 usuário um mero número a espera da assistência e da proteção. Patrícia – DAS/SEJUF - destacou que a
157 ideia proposta pelo Tenente Clayton necessita de uma integração a nível estadual de vários sistemas e
158 secretarias, tendo que qualificar o que já existe a nível federal. Taisa – DPP - destacou que algumas vezes,
159 ao pensar em políticas públicas para população em situação de rua, se esquece de ouvir as pessoas em
160 situação de rua, de saber a realidade por meio de quem a vive todos os dias, sendo essencial a participação
161 dessa população dentro dos Centros Pop, sendo extremamente pertinente a fala do Rafael. Ana Maria –
162 Apucarana - perguntou como seria possível proteger as pessoas em situação de rua fora dos Centros de
163 Atendimentos, e sim na rua mesmo, indagando como identificar esses infiltrados. Carlos ressaltou que a
164 fala do Rafael sobre o Centro Pop não dever ser um local aberto sem nenhuma identificação ou portas é
165 pertinente, este que deve ser um Centro de Referência da Assistência Social. Leonira relatou que em
166 Umuarama também foram instaladas câmeras nos Centros POP e que também há muitos traficantes



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

167 infiltrados em meio a população em situação de rua atendida, sendo um dos objetivos do Centro Pop afastar
168 essas pessoas do crime e das ruas, oferecendo apoio para reinserção no mercado de trabalho e demais
169 serviços. Patrícia sugeriu que talvez seja possível levar a questão para o Conselho Estadual de Segurança
170 Pública. O Tenente Clayton destacou que concorda com as considerações feitas sobre o Centro Pop e que
171 as identificações feitas deveriam ser apenas externas - nas ruas. Além disso, as constâncias da Polícia ou da
172 Guarda Municipal nos locais afastam a presença dos meliantes nas áreas de atendimento ou nos
173 “pontos” de tráfico. Por fim, o Tenente colocou-se à disposição e informou que irá aguardar a definição de
174 encaminhamentos do comitê para que ele possa levar, se for o caso, ao Conselho Estadual de Segurança
175 Pública. Dulce indagou se esse sistema integrado sugerido seria criado pela SESP e integrado juntamente à
176 Assistência Social dos municípios. O Tenente Clayton respondeu que sim, eles (SESP), criariam uma base
177 de dados de informações e a partir do momento da coleta, a base seria alimentada, não sendo somente
178 consultada em situações criminais, mas para que sejam consultadas, por exemplo: as migrações da
179 população em situação de rua. Rafael indicou que o CadÚnico é uma das ferramentas mais utilizadas para
180 mapear informações sobre as pessoas em situação de rua e que é a porta de entrada para serviços da
181 assistência social, sendo um único sistema administrado pela Caixa e os municípios é que fazem a inclusão.
182 O Tenente Clayton indicou que irá procurar mais informações sobre o tema e na próxima reunião trará esse
183 resultado quanto às bases de dados. Giovana destacou que a ideia de integração de sistemas e serviços no
184 caso do CadÚnico tem um empecilho, pois esse cadastro em geral é utilizado para fazer o registro de toda a
185 privacidade das famílias em situação de vulnerabilidade, dificilmente encontrando pessoas com maior
186 renda, sendo focado quase que exclusivamente em pessoas que são público-alvo das políticas de assistência
187 social. Portanto, são informações familiares e que estão sujeitas ao sigilo para preservar a intimidade das
188 famílias, sendo assim, Giovana sugeriu que o caminho tomado seja outro, pensando talvez com relação à
189 interface do Judiciário e os sistemas de informação já existentes entre a Inteligência da Polícia Militar e da
190 Guarda Municipal, pois não são somente pessoas vulneráveis que se envolvem com o tráfico de drogas.
191 Patrícia sugeriu que sejam convidados um (a) representante da assistência e um (a) da SESP para realizar
192 um debate referente à criação de uma base de dados. O Tenente Clayton sugeriu que a temática seja
193 debatida em um grupo menor e que a proposta elaborada seja trazida ao comitê. Giovana perguntou para a
194 Taisa se seria possível trazer algum (a) representante da Defensoria e que sua opinião é de que esse tema
195 deve seguir no grupo principal do CIAMP, pois é fundamental e de extrema importância para todos (as).
196 Dulce também sugeriu que o assunto continue no grupo principal do CIAMP. A maioria decidiu que a pauta
197 deve continuar na reunião ordinária do CIAMP com a participação de todos (as). Julia via *chat* expôs que
198 além das problemáticas já expostas pelos colegas, as pessoas podem evitar a inscrição no CadÚnico caso
199 esses dados sejam utilizados para outros fins, que não o acesso aos programas sociais, o que pode acabar
200 fragilizando ainda mais a vida das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Além disso, Julia
201 indicou que também pensa que a Segurança Pública não deve ter acesso às informações da Assistência
202 Social, sendo muito importante a discussão ser novamente debatida na próxima reunião do CIAMP.
203 Portanto, a pauta continuará a ser debatida na próxima reunião ordinária do CIAMP com representantes da
204 Assistência Social e da Segurança Pública e da Defensoria Pública. **06. Projeto do Plano de Trabalho do**
205 **CIAMP de 2022 – para ser discutido e se possível, aprovado:** Inicialmente, Dulce realizou uma leitura
206 dinâmica da proposta do Plano de Trabalho de 2022 – este que foi previamente enviado para todos para
207 colher contribuições – e abriu a palavra para quaisquer alterações que sejam solicitadas. Não houve



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

15
208 nenhuma contribuição e, portanto, o plano foi posto em votação ao comitê. O Plano de Trabalho de 2022
209 do CIAMP foi **aprovado** por unanimidade. **07. Informes – SEJUF, Membros e Gerais:** Dulce informou
210 que ontem (07) ela representou a política das pessoas em situação de rua pela SEJUF no evento da
211 Associação do Ministério Público sobre as Mulheres em Situação de Rua, este que teve diversos
212 depoimentos e foi emocionante. Carlos informou que amanhã (09) ele irá para Belo Horizonte - Minas
213 Gerais com o Leonildo no Festival da População em Situação de Rua com diversos artistas em situação de
214 rua, trazendo assim, um pouco da experiência para a realização no Dia de Luta da População em Situação
215 de Rua no dia 19 de Agosto em Curitiba. **08. Encerramento:** Por fim, após o debate de todas as pautas,
216 Dulce desejou a todos uma excelente tarde e encerrou a Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial de
217 Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua do Estado do Paraná. A
218 presente memória foi lavrada pelo estagiário Davi da Rosa, e revisada pela técnica Dulce Darolt. Esta
219 Memória foi **aprovada** na Reunião Ordinária de 12 de abril de 2022.